

## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2013

### MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,  
Em 2013, o Conselho de Administração, em conjunto com a Diretoria, revisou a missão, a visão de futuro e os valores do Grupo Neoenergia. Com essa iniciativa e face aos novos desafios apresentados para o setor energético no Brasil, o Grupo renovou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do país e reformulou o enunciado de sua Missão: "Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade". Essa é a razão de ser do Grupo Neoenergia. E esse compromisso se confirmou por meio dos investimentos feitos pelo Grupo na geração, transmissão e distribuição de energia. Em 2013 foram investidos R\$ 2,9 bilhões, sendo R\$ 1,6 em distribuição, R\$ 1,26 em geração e R\$ 28 milhões em transmissão.

Transformação socioeconômica nas regiões onde atua, respeito pelo cliente, foco nas pessoas, atuação sem fronteiras, integridade, sustentabilidade e criação de valor para seus acionistas. Esses valores, aliados à transparência e à solidez do Grupo Neoenergia, levaram a agência de rating S&P reafirmar, em 2013, pelo quarto ano consecutivo, sua nota máxima na escala nacional (brAAA) e grau de investimento na escala global (BBB-).

Como parte integrante deste que é um dos 40 maiores grupos econômicos do Brasil, a Rio PCH I S.A. está ciente da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do País e preparada para prosseguir com o propósito firme de ser admirado pelos seus clientes, governo e colaboradores e reconhecido, nacionalmente, como referência em inovação, padrões de operação, qualidade de atendimento, rentabilidade e crescimento.

**Marco Geovanne Tobias da Silva**  
Presidente do Conselho de Administração

### 1. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Rio PCH I S.A. ("Rio PCH I" ou "Companhia") é uma companhia de capital fechado estabelecida em 26 de janeiro de 2007, controlada 70% pela Neoenergia, com sede no Rio de Janeiro. A companhia é uma sociedade de propósito específico (SPE) responsável pela construção e operação da PCH Pirapetinga e PCH Pedra do Garrafão.

### 2. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

As PCHs Pirapetinga e Pedra do Garrafão localizam-se em Bom Jesus do Itabapoana, no Rio Itabapoana, na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A usina Pirapetinga possui duas unidades geradoras com turbinas Francis Horizontal, totalizando 20 MW de potência instalada. A usina Pedra do Garrafão possui duas unidades geradoras com turbinas Francis Vertical, totalizando 19 MW de potência instalada. O prazo de concessão das duas usinas é de 30 anos com vencimento em dezembro de 2032. Em 2013 foi gerado o montante de 147.848,87 MWh, o qual representou 68,50% da garantia física. O fator de carga médio das Usinas foi de 42,80%, produzindo 16,87 MW médios.

A diferença entre a garantia física e a energia gerada é coberta pelo mecanismo de realocação de energia (MRE), em que participam os geradores hidráulicos do país, resultando assim na maximização da utilização dos recursos hídricos. O índice de disponibilidade da Usina em 2013 foi de 95,39% e o índice de confiabilidade foi de 97,75%.

### 3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico - Financeiro - R\$ mil	2012	2013	Δ %
Receita Operacional Bruta	36.727	36.946	0,6%
Receita Operacional Líquida	35.384	35.597	0,6%
EBITDA	27.714	25.794	(6,9%)
Resultado do Serviço	22.383	20.465	(8,6%)
Resultado Financeiro - Exceto JSCP	(8.603)	(7.428)	(13,7%)
Lucro Líquido	12.349	11.557	(6,4%)
Ativo Total	248.801	254.834	2,4%
Investimento	2.438	16.063	559,0%
Dívida Bruta	102.238	92.310	(9,7%)
Dívida Líquida <sup>1</sup>	92.284	76.818	(16,8%)
Patrimônio Líquido	115.931	126.112	8,8%
<b>Indicadores Econômico-Financeiros<sup>2</sup></b>			
Margem EBITDA	78,32%	71,96%	(6,36) p.p.
Margem Líquida	34,90%	32,24%	(2,66) p.p.
Dívida Líquida/EBITDA	3,330	2,978	(10,6%)

<sup>1</sup> Dívida total líquida das disponibilidades e aplicações em títulos

<sup>2</sup>p.p. - pontos percentuais

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução.

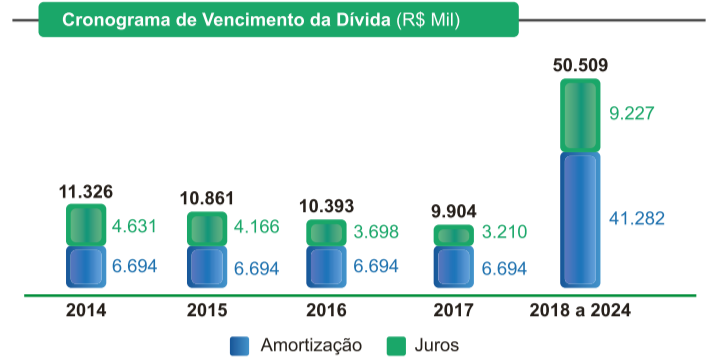
Conciliação de EBITDA - RS Mil	2012	2013	Δ %
<b>Lucro Líquido</b>	<b>12.349</b>	<b>11.557</b>	<b>(6,4)%</b>
Imposto de Renda e CSLL	1.431	1.480	3,4%
Receita Financeira	(950)	(1.339)	40,9%
Despesa Financeira	9.553	8.767	(8,2)%
Amortização / Depreciação	5.331	5.329	0,0%
<b>EBITDA</b>	<b>27.714</b>	<b>25.794</b>	<b>(6,9)%</b>

### 4. ENDIVIDAMENTO

#### 4.1. PERFIL DA DÍVIDA

A Companhia realizou, em agosto de 2010, captação de recursos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES, no valor de R\$ 70 milhões, prazo de 14 anos sendo 18 meses de carência para amortização do principal, com juros pagos mensalmente e custo de TJLP + 2,28% a.a..

O valor contratado pelo financiamento já foi totalmente liberado e a dívida bruta consolidada da Companhia foi de R\$ 68,3 milhões.



### 5. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Notas	2013	2012		Notas	2013	2012
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.492	9.954	Fornecedores	9	2.858	2.441
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	5	4.416	4.274	Empréstimos e financiamentos	10	9.848	9.875
Impostos e contribuições a recuperar	6	706	665	Taxas regulamentares		6	7
Despesas pagas antecipadamente		221	241	Impostos e contribuições a recolher	11	581	492
Outros ativos circulantes		84	609	Dividendos e juros sobre capital próprio	12	15.019	13.643
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>20.919</b>	<b>15.743</b>	Outros passivos circulantes		28	1
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>28.340</b>	<b>26.459</b>
Depósitos judiciais	7	4.323	4.132	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Outros ativos não circulantes		1	1	Empréstimos e financiamentos	10	82.462	92.363
Imobilizado	8	228.898	228.229	Provisões	13	17.920	12.750
Intangível		693	696	Partes relacionadas	17	-	1.298
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>233.915</b>	<b>233.058</b>	<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>100.382</b>	<b>106.411</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>254.834</b>	<b>248.801</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	14	116.118	105.951
				Reservas de lucro		1.759	1.181
				Proposta de distribuição de dividendos adicional		8.235	8.799
				<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>126.112</b>	<b>115.931</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>254.834</b>	<b>248.801</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros/prejuízos acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2012</b>	<b>105.951</b>	<b>564</b>	-	<b>7.625</b>	<b>114.140</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	12.349	-	12.349
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(7.625)	(7.625)
Destinações:					
Reserva Legal	-	617	(617)	-	-
Dividendos propostos	-	-	(11.732)	8.799	(2.933)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>105.951</b>	<b>1.181</b>	-	<b>8.799</b>	<b>115.931</b>
Aumento de capital	10.167	-	-	-	10.167
Lucro líquido do exercício	-	-	11.557	-	11.557
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(8.799)	(8.799)
Destinações:					
Reserva Legal	-	578	(578)	-	-
Dividendos propostos	-	-	(10.979)	8.235	(2.744)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>116.118</b>	<b>1.759</b>	-	<b>8.235</b>	<b>126.112</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 1. Informações Gerais

A Rio PCH I S.A. ("Rio PCH I" ou "Companhia") é uma sociedade de propósito específico (SPE) e foi constituída em 26 de janeiro de 2007, como uma companhia de capital fechado, controlada pela Neoenergia, com 70% de participação. Os 30% restantes pertencem à PCH Administração & Participações Ltda.

A sociedade de propósito específico (SPE) implantou as pequenas centrais elétricas de Pirapetinga (20 MW) e Pedra do Garrafão (19 MW) no Rio Itabapoana, divisa dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A PCH Pirapetinga iniciou as operações por intermédio do acionamento de suas duas turbinas de 10 MW cada, totalizando 20 MW, no mês de agosto de 2009. Em setembro de 2009 entraram em operação as duas turbinas de 9,5 MW, totalizando 19 MW, da PCH Pedra do Garrafão. Atualmente a Companhia opera com o total de sua capacidade instalada, que é de 39 MW. A energia assegurada é de 25,1 MW/ano. O prazo de concessão das duas usinas é de 30 anos, com vencimento em dezembro de 2032.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 20 de março 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

### 2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

#### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

#### 2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

#### 2.4. Imposto de renda e contribuição social correntes

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

#### 2.5. Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

#### 2.6. Instrumentos financeiros

##### a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outras contas a receber.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Notas	2013	2012
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>15</b>	<b>35.844</b>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS</b>		<b>16</b>	<b>(14.022)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>21.822</b>	<b>23.388</b>
Despesas gerais e administrativas	16	(1.357)	(1.005)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>20.465</b>	<b>22.383</b>
Receitas financeiras		1.339	950
Despesas financeiras		(8.767)	(9.553)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>13.037</b>	<b>13.780</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(1.480)</b>	<b>(1.431)</b>
Corrente		(1.480)	(1.431)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>11.557</b>	<b>12.349</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO</b>			
Ordinária		0,10	0,12

A Companhia não possui outros resultados abrangentes.  
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2013	2012
Lucro Líquido do Exercício (Antes dos Impostos)	13.037	13.780
<b>Fluxo de caixa operacional</b>		
<b>AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Depreciação e amortização	5.329	5.331
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	8.912	8.532
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	3.211	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	135	-
<b>30.624</b>	<b>27.643</b>	
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>		
Contas a receber de clientes e outros	(105)	387
IR e CSLL a Recuperar	(501)	(178)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	216	207
Depósitos judiciais	(191)	2.687
Despesas pagas antecipadamente	20	16
Partes relacionadas	-	4
Outros ativos	525	(8)
<b>(73)</b>	<b>3.115</b>	
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>		
Fornecedores	417	357
Encargos de dívidas	(7.318)	(8.896)
Taxas regulamentares	(1)	1
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(1.177)	(1.243)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(105)	(19)
Partes relacionadas	(1.298)	12.750
Outros passivos	28	1
<b>(9.454)</b>	<b>2.951</b>	
<b>CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>21.097</b>	<b>33.709</b>
<b>ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de imobilizado	(5.995)	(17.877)
Resgate de títulos e valores mobiliários	-	251
<b>GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(5.995)</b>	<b>(17.626)</b>
<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>		
Aumento/(Redução) de Capital	10.167	-
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(9.563)	(9.563)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(10.168)	-
<b>UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(9.564)</b>	<b>(9.563)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>5.538</b>	<b>6.520</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício	9.954	3.434
Caixa e equivalentes no final do exercício	15.492	9.954
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>	<b>5.538</b>	<b>6.520</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros



## 2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos a contar da data da contratação.

## 2.8. Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de Compra e Venda Mercantil. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

## 2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens, definida pela ANEEL.

## 2.10. Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

## 2.11. Intangível

Compreende a faixas de servidões permanentes e software de manutenção de sistema.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

## 2.12. Taxas Regulamentares

### a) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

### b) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculado pelo valor da energia produzida.

## 2.13. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICP 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido.

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia.

## 2.14. Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências ambientais, fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

## 2.15. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

## 2.16. Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

## 2.17. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis:

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC/IFRS: Norma	Assunto
CPC 19 (R2)/IFRS 11	"Negócios em Conjunto"
CPC 26 (R1)/IAS 1	"Apresentação das Demonstrações Contábeis"
CPC 33 (R2)/IAS 19	"Benefícios a Empregados"
CPC 36 (R3)/IAS 10	"Demonstrações Consolidadas"
CPC 40 (R1)/IFRS 7	"Instrumentos Financeiros: Evidenciação"
CPC 45/IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades"
CPC 46/IFRS 13	"Mensuração do Valor Justo"

## Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS: Norma	Assunto
IFRIC 21	"Taxas"
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros"

## 3 Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

### 3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

### 3.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

#### a) Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/13	31/12/12
Caixa e Depósitos bancários à vista	19	41
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	15.473	9.913
	<b>15.492</b>	<b>9.954</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos restritos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

## 5 Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Títulos a receber	(a)	3.471	3.364
Comercialização de energia na CCEE	(b)	305	137
Partes relacionadas (Nota 17)		775	773
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(c)	(135)	-
<b>Total</b>		<b>4.416</b>	<b>4.274</b>
Circulante		4.416	4.274

(a) Valores a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica ao contrato de prestação de serviços.

(b) Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. As transações foram registradas com base nas informações disponibilizadas pela CCEE e com recebimento em 09 de janeiro de 2014.

(c) Após análise criteriosa a companhia fez o registro da Provisão para crédito de liquidação duvidosa para os vencimentos superiores há 360 dias.

## 6 Impostos e Contribuições a Recuperar

	Ref.	31/12/13	31/12/12
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda - IR	(a)	133	67
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(a)	210	19
Programa de Integração Social - PIS	(b)	132	110
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(b)	231	469
<b>Total</b>		<b>706</b>	<b>665</b>

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, das retenções de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade de prestação de serviços, conforme disposto no Parecer SRFB COSIT nº 27/2008.

## 7 Depósitos Judiciais

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Trabalhistas		38	-
Cíveis	(a)	4.285	4.132
<b>Total</b>		<b>4.323</b>	<b>4.132</b>

(a) Trata-se de depósitos judiciais de processos cíveis, em sua maioria, referente a constituição de servidão e desapropriações realizados principalmente para as comarcas do Município de Mimoso do Sul - ES.

## 8 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

			31/12/13	31/12/12
Em serviço	Taxas anuais	Depreciação	Valor	Valor
	médias ponderadas de depreciação	amortização acumulada		
	Custo	Custo		
Terrenos	4.848	-	4.848	4.848
Reservatórios, barragens e adutoras	2,3% 152.314	(13.656)	138.658	141.864
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,6% 15.898	(1.772)	14.126	14.000
Máquinas e equipamentos	4,1% 59.546	(7.141)	52.405	54.132
Móveis e utensílios	6,3% 12	(5)	7	8
	<b>232.618</b>	<b>(22.574)</b>	<b>210.044</b>	<b>214.852</b>

			31/12/13	31/12/12
Em curso	Taxas anuais	Depreciação	Valor	Valor
	médias ponderadas de depreciação	amortização acumulada		
	Custo	Custo		
Terrenos	14.196	-	14.196	10.250
Reservatórios, barragens e adutoras	2.340	-	2.340	1.430
Edificações, obras civis e benfeitorias	103	-	103	126
Máquinas e equipamentos	868	-	868	377
Veículos	-	-	-	158
Móveis e utensílios	158	-	158	634
Outros	1.189	-	1.189	430
	<b>18.854</b>	<b>-</b>	<b>18.854</b>	<b>13.377</b>
<b>Total</b>	<b>251.472</b>	<b>(22.574)</b>	<b>228.898</b>	<b>228.229</b>

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Em serviço		Em curso		Total
	Custo	Depreciação acumulada	Custo	Valor líquido	
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2012</b>	<b>231.795</b>	<b>(11.920)</b>	<b>219.875</b>	<b>1.179</b>	<b>221.054</b>
Adições	-	-	12.503	12.503	12.503
Depreciação	-	(5.328)	-	-	(5.328)
Transferências	305	-	305	(305)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>232.100</b>	<b>(17.248)</b>	<b>214.852</b>	<b>13.377</b>	<b>228.229</b>
Adições	-	-	5.995	5.995	5.995
Depreciação	-	(5.326)	(5.326)	-	(5.326)
Transferências	518	-	518	(518)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>232.618</b>	<b>(22.574)</b>	<b>210.044</b>	<b>18.854</b>	<b>228.898</b>

Todos os itens são depreciados conforme Resolução ANEEL 367/09 e atualizada pela Resolução ANEEL 474/12.

Decorrido o prazo de vigência da concessão e de sua eventual prorrogação, os bens e instalações realizados para a geração independente de energia elétrica e vinculados a concessão passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, conforme Resolução autorizativa ANEEL nº 701 e 702 de 17 de dezembro de 2002.

## 9 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

Fornecedores	31/12/13	31/12/12
Energia elétrica:	-	332
Terceiros	-	332
Encargos de uso da rede	72	81
Terceiros	72	81
Materiais e serviços	2.786	2.028
Terceiros	2.182	1.838
Partes relacionadas (Nota 17)	604	190
<b>Total</b>	<b>2.858</b>	<b>2.441</b>
Circulante	2.858	2.441

## 10 Empréstimos Financiamentos

	Taxa	Encargos	Principal		Total
			Não		
			circulante	circulante	
<b>Composição da dívida</b>	<b>Ref.</b>	<b>Efetiva</b>	<b>Circulante</b>	<b>circulante</b>	<b>31/12/13</b>
<b>Moeda nacional</b>					<b>31/12/12</b>
BNDES FINEM	(a)	TJLP+ 2,28% a.a.	285	9.563	87.664
			<b>285</b>	<b>9.563</b>	<b>87.664</b>
					<b>97.512</b>
					<b>107.103</b>
(-) Garantias depósitos vinculados			-	(5.202)	(5.202)
<b>Total</b>			<b>285</b>	<b>9.563</b>	<b>82.462</b>
					<b>92.310</b>
					<b>102.238</b>

(a) O financiamento com o BNDES foi adquirido para a construção das pequenas centrais hidrelétricas Pirapetinga e Pedra do Garrafão e será amortizado em 168 parcelas mensais e sucessivas, no período de 15 de março de 2010 até 15 de fevereiro de 2024. A remuneração é baseada na TJLP mais *spread* de 2,28% a.a. Os juros durante a carência foram capitalizados, incorporando-se ao principal da dívida e será exigido junto com o mesmo.

Os saldos apresentados em garantias depósitos vinculados referem-se a aplicações financeiras, requeridas em contratos de empréstimos, com a finalidade de garantia real.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/13	31/12/12
2014	-	9.563
2015	9.563	9.563
2016	9.563	9.563
2017	9.563	9.563
2018	9.563	9.563
Após 2018	49.412	49.413
Total obrigações	87.664	97.228
(-) Garantias depósitos vinculados	(5.202)	(4.865)
<b>Total</b>	<b>82.462</b>	<b>92.363</b>

Mutações de empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2012</b>	<b>9.975</b>	<b>102.111</b>	<b>112.086</b>
Encargos	8.796	-	8.796
Transferências	9.563	(9.563)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(18.459)	-	(18.459)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(185)	(185)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>9.875</b>	<b>92.363</b>	<b>102.238</b>
Encargos	7.291	-	7.291
Transferências	9.563	(9.563)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(16.881)	-	(16.881)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(338)	(338)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>9.848</b>	<b>82.462</b>	<b>92.310</b>

## Condições restritivas financeiras (covenants)

O contrato mantido com o BNDES/FINEM contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré estabelecidos, como segue:

BNDES FINEM – Geração de Caixa/Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 e Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual a 30%).

Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Para a operação acima foram dadas garantias de receita própria, aval/fiança da Neoenergia.

## 11 Impostos e Contribuições a Recolher

	31/12/13	31/12/12
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda - IR	193	173
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	147	123
Programa de integração social - PIS	22	20
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	102	93
Imposto sobre serviços - ISS	40	30
Impostos e contribuições retidos na fonte	77	53
<b>Total</b>	<b>581</b>	<b>492</b>



(a) Fornecimento de Energia

	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Suprimento	31	31	192.720	193.248	36.450	35.088
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>31</b>	<b>192.720</b>	<b>193.248</b>	<b>36.450</b>	<b>35.088</b>

(\*) Não auditado.

(b) Deduções da receita bruta

	31/12/13	31/12/12
<b>IMPOSTOS:</b>		
PIS	(173)	(240)
COFINS	(929)	(1.101)
ISS	-	(2)
<b>Total</b>	<b>(1.102)</b>	<b>(1.343)</b>

### 16 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Ref.	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	31/12/13		31/12/12	
			Total	Total	Total	Total
Material	(184)	(1)	(185)	(169)		
Serviços de terceiros	(3.389)	(1.256)	(4.645)	(4.901)		
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(72)	-	(72)	(84)		
Energia elétrica comprada para revenda	(2.907)	-	(2.907)	(896)		
Encargos de uso de rede	(1.137)	-	(1.137)	(1.239)		
Depreciação e amortização	(5.329)	-	(5.329)	(5.331)		
Arrendamentos e alugueis	(46)	(4)	(50)	(90)		
Tributos	(11)	(13)	(24)	(15)		
Provisões líquidas - PCLD	(a) (656)	-	(656)	-		
Provisões líquidas - contingências	-	(67)	(67)	-		
Outros	(291)	(16)	(307)	(276)		
<b>Total custos/despesas</b>	<b>(14.022)</b>	<b>(1.357)</b>	<b>(15.379)</b>	<b>(13.001)</b>		

(a) Constituição de PCLD aos valores a receber da EIT – Empresa Industrial Técnica S.A. por pagamento de auto de infração de ISSQN referente responsabilidade solidária.

### 17 Saldos e Transações com partes Relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza de Operação	31/12/13			31/12/12		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(a)	Energia fornecida	151	-	1.250	138	-	1.181
			<b>151</b>	-	<b>1.250</b>	<b>138</b>	-	<b>1.181</b>
CELPE	(a)	Energia fornecida	267	-	2.080	249	-	1.966
			<b>267</b>	-	<b>2.080</b>	<b>249</b>	-	<b>1.966</b>
COSEERN	(a)	Energia fornecida	116	-	912	112	-	867
			<b>116</b>	-	<b>912</b>	<b>112</b>	-	<b>867</b>
ITAPEBI	(b)	Outros	-	-	-	1.298	-	-
			-	-	-	<b>1.298</b>	-	-
NC ENERGIA	(a)	Energia fornecida	241	-	2.833	274	-	3.241
		Energia comprada	-	-	(1.243)	-	-	-
			<b>241</b>	-	<b>1.590</b>	<b>274</b>	-	<b>3.241</b>
NEDENERGIA SERVIÇOS		Prestação de serviço	-	-	(1.806)	-	190	(2.275)
			-	-	<b>(1.806)</b>	-	<b>190</b>	<b>(2.275)</b>
NO&M		Prestação de serviço	-	602	(602)	-	-	-
			-	<b>602</b>	<b>(602)</b>	-	-	-
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	10.541	-	-	9.577	-
			-	<b>10.541</b>	-	-	<b>9.577</b>	-
Outros Monitoriários		Dividendos	-	4.479	-	-	4.066	-
			-	<b>4.479</b>	-	-	<b>4.066</b>	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Cobrança pelo fornecimento de energia.

(b) Cobrança de gastos com pessoal cedido ou tomado com empresas do grupo

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não houve remuneração dos administradores na companhia.

### 18 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39, e alteração da Deliberação CVM nº. 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 40(R1), a Companhia do Grupo efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

#### Considerações gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo Neoenergia que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem *rating* considerado estável ou muito estável.

#### Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.

- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

- Empréstimos, financiamentos

O principal propósito desse instrumento financeiro foi gerar recursos para financiar a construção da usina e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos, financiamentos em moeda nacional com o BNDES – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em geração de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

#### Valor Justo

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva Di (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. Os *assets* possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código Anbima de Regulação e Melhores práticas.

O quadro a seguir apresenta o valor contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto na CPC 38:

	31/12/13		31/12/12	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativo financeiro (Circulante/Não circulante)</b>				
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>3.895</b>	<b>3.895</b>	<b>4.274</b>	<b>4.274</b>
Contas a receber de clientes e outros	3.895	3.895	4.274	4.274
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>15.492</b>	<b>15.492</b>	<b>9.954</b>	<b>9.954</b>
Caixa e equivalentes de caixa	15.492	15.492	9.954	9.954
<b>Passivo financeiro (Circulante/Não circulante)</b>				
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>	<b>(95.002)</b>	<b>(95.002)</b>	<b>(104.479)</b>	<b>(104.479)</b>
Fornecedores	(2.692)	(2.692)	(2.241)	(2.241)
Empréstimos e financiamentos	(92.310)	(92.310)	(102.238)	(102.238)
<b>Hierarquia de Valor Justo</b>				

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação, conforme previsto na CPC 40:

Nível 1 – Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado; e

Nível 2 – Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3 – Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

Ativos	31/12/13			R\$ Mil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Mantidos para negociação	20	15.472	-	15.492
Caixa e equivalentes de caixa	<b>20</b>	<b>15.472</b>	-	<b>15.492</b>

#### Fatores de Risco

- Riscos financeiros
- Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI. A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	R\$ Mil			
			Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>						
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	8,05%	21.605	1.755	1.316
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>						
<b>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</b>						
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	5,00%	75.940	(5.255)	(6.204)

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declararam que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Rio PCH I S.A.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2014.

Alejandro Roman Arroyo

**Diretor-Presidente**

Erik da Costa Breyer  
**Diretor Financeiro e de Relações**  
José Eduardo Pinheiro Santos Tanure  
**Diretora Regulação**

Elvira Baracuchy Cavalcanti Presta  
**Diretor de Planejamento e Controle com Investidores**  
Lady Batista de Moraes  
**Diretora de Gestão de Pessoas**

## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Rio PCH I S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2013, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2014

Alejandro Román Arroyo

Daniel Xavier Mendes (suplente)

Marcelo José Cavalcanti Lopes

## MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alejandro Roman Arroyo  
**Presidente**

**Titulares**  
Marcelo José Cavalcanti Lopes

**Suplentes**  
Fabiano Uchoas Ribeiro

Daniel Xavier Mendes

Roberto Fontes Federici Filho

Diego Xavier Mendes

### DIRETORIA

Alejandro Roman Arroyo  
**Diretor-Presidente**

Erik da Costa Breyer

**Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure  
**Diretora Regulação**

Elvira Baracuchy Cavalcanti Presta

**Diretor de Planejamento e Controle**

Lady Batista de Moraes  
**Diretora de Gestão de Pessoas**

### CONTADORA

Cristiane Duarte Tavares  
**CRC-RJ - 092950/0-5**

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Rio PCH I S.A.  
Examinamos as demonstrações financeiras da Rio PCH I S.A. ("Rio PCH I" ou "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que

a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Rio PCH I S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/0-5 "F" RJ

Rio de Janeiro, 20 de março de 2014

Guilherme Naves Valle  
Contador  
CRC 1MG070614/0-5 "S" RJ

